

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

informatizando o conhecimento sobre o nosso patrimônio

Maria Berthilde Moura Filha

Doutora em História da Arte pela Universidade do Porto
Professora do Departamento de Arquitetura da UFPB

Isabel van der Linden

Pautilia Costa Alves Cavalcanti

Taise Costa de Farias

Alunas do Curso de Arquitetura e integrantes do Programa de Extensão da UFPB

Universidade Federal da Paraíba

Departamento de Arquitetura - Centro de Tecnologia

Campus Universitário – João Pessoa - PB

Tel 83 2167115

e-mail berthilde_ufpb@yahoo.com.br

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

informatizando o conhecimento sobre o nosso patrimônio

Resumo

Apesar de reconhecida como uma ação fundamental para a preservação do patrimônio, a educação patrimonial não tem sido devidamente valorizada pelo poder público no Brasil. Durante décadas, pouco foi o avanço no sentido de levar informação à população, fato que tem se refletido negativamente na preservação do patrimônio, uma vez que esta por desconhecer seu próprio patrimônio e a importância da manutenção da memória coletiva, não valoriza, e principalmente, rejeita as medidas de preservação impostas pelo poder público.

Diante deste problema, surgiu a idéia de utilizar o recurso da informação em massa oferecido pela internet para desenvolver uma ação de educação patrimonial através de uma *homepage* onde disponibilizam-se informações sobre o patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade de João Pessoa, de modo a conscientizar a população quanto à necessidade de sua preservação.

Esta *homepage* é o resultado de um projeto de extensão desenvolvido junto ao Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba, e através dela são divulgados trabalhos acadêmicos realizados pelos alunos e professores do curso de arquitetura, referentes ao patrimônio de João Pessoa. Desta forma difunde-se este produto acadêmico fazendo chegar à população informações sobre o patrimônio dessa cidade, reforçando a relação entre o cidadão e a sua história, consolidando a memória coletiva.

Os esforços feitos até o momento através deste projeto de extensão podem ser constatados acessando o endereço www.memoriajoapessoa.br2.net.

Palavras-chave

Educação patrimonial – João Pessoa – extensão universitária

Abstract

Although of being recognized as a fundamental action for the historical heritage preservation, the patrimonial education hasn't been duly appreciated by Brazil's public power. During some ages, there was only a little advance in taking information to the people, act that has been negatively reflected on the historical heritage preservation, because people unknown its own historical heritage and the importance of the collective memory maintenance, do not appreciate, and mainly, ignores the preservation measures imposed by the public power.

Face this problem, came up the idea of using the global information resource offered by the internet to develop a patrimonial education action through a home page that put available informations about the architectural and town planning heritage of João Pessoa city on way to become aware the people about the necessity of its preservation.

This page is a result of an extension project developed close to Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba (Paraíba's Public University Architecture Department), getting the target to market academic workings realized by students and teachers of the architecture course, concerning to João Pessoa's city heritage. Through this way spread this academic product and develop a patrimonial education action, making to get to the people informations about this city heritage, reinforcing the relationship between the citizen and his history, consolidating the collective memory.

The efforts done till the moment through this extension project can be checked accessing the electronic address www.memoriajoapessoa.br2.net.

Key words

Heritage Education – João Pessoa – university extension.

Educação Patrimonial – informatizando o conhecimento sobre o nosso patrimônio

O presente trabalho é resultado de um projeto de extensão desenvolvido junto ao Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba. O objetivo deste projeto é levar à sociedade, informações sobre o patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade de João Pessoa, utilizando o recurso de comunicação em massa viabilizada pela internet.

O ponto de partida para o desenvolvimento deste projeto foi a constatação de que grande parte dos alunos que integram o Curso de Arquitetura, assim como muitos profissionais da área, desconhecem o patrimônio histórico desta cidade. Este quadro de desinformação é comum a toda a população, que pouco atenta para a existência do acervo edificado que registra a história da cidade e lhe dá identidade.

Neste contexto, torna-se ainda mais difícil a tarefa de preservar o acervo arquitetônico de João Pessoa, sendo pouco frutíferas as medidas de preservação postas em prática pelos órgãos públicos que gerenciam este patrimônio. Estes órgãos utilizam o instrumento jurídico do tombamento, como meio para preservar este acervo patrimonial, mas encontram obstáculo na aceitação de tais medidas por parte da população.

Na verdade, uma das barreiras que impede um diálogo mais harmônico entre estas partes, é o desconhecimento da população sobre a questão, fato que se agrava perante o pouco investimento que há em medidas de educação patrimonial. Portanto, como encontrar apoio da sociedade para preservação deste acervo patrimonial, se grande parte não tem qualquer informação sobre o mesmo?

Apesar de ser reconhecida como uma ação fundamental para a preservação do patrimônio, no Brasil, a educação patrimonial não foi devidamente valorizada pelos órgãos de fomento à cultura e de proteção do patrimônio.

Já em 1970, o “Compromisso de Brasília”, ao propor “*o estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional*” fazia referência a necessidade de se investir na educação patrimonial. Sobre esta questão, registrou:

*“Sendo o culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares, de nível primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais, e da cultura popular (...)”.*¹

Esta preocupação do Compromisso de Brasília com a educação patrimonial refletia uma sintonia com as recomendações de mesmo teor contidas nos documentos internacionais daquela época, a

¹ - Compromisso de Brasília. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240>. Acesso em 23 mar. 2008, 10:11: 30

exemplo da Declaração de Nairobi que em 1976 afirmava: “A tomada de consciência em relação à necessidade da salvaguarda deveria ser estimulada pela educação escolar, pós-escolar e universitária e pelo recurso aos meios de informação”²

Transcorridas três décadas desde as referidas recomendações, verifica-se que as ações de educação patrimonial, no Brasil, não avançaram na proporção que se faz necessário. As iniciativas neste sentido são pontuais e não alcançam a grande parte da população que permanece desconhecendo o acervo edificado que registra a história da sua própria cidade.

A longo prazo, isto tem repercutido de forma negativa, uma vez que torna-se difícil obter o apoio da sociedade para a preservação destes bens, pois esta, por desconhecimento quanto a importância que os mesmos têm para manutenção da memória coletiva, não valoriza, e principalmente, rejeita as medidas de preservação impostas pelo poder público.

Com o objetivo de contribuir para minimizar esta defasagem da população em relação ao conhecimento da sua própria história e seu acervo patrimonial, surgiu a idéia de desenvolver, como produto de um projeto de extensão, uma home page dedicada à divulgação deste patrimônio, permitindo a toda a sociedade ter acesso a estas informações.

Para melhor analisar o conteúdo desta página e a necessidade de divulgar informações sobre o patrimônio arquitetônico e urbanístico de João Pessoa, se faz necessário conhecer um pouco sobre a história da cidade e seu acervo edificado.

A cidade de João Pessoa e a formação do seu acervo edificado

A atual cidade de João Pessoa foi fundada em 1585, por iniciativa da Coroa Portuguesa, recebendo então a denominação de cidade de Nossa Senhora das Neves. Surgiu como sede da Capitania da Paraíba, criada como parte do processo de ocupação do litoral setentrional do Brasil, e economicamente inserida na cultura açucareira.

Sob este estatuto de sede de uma capitania real, a cidade foi se formando. Assentada em uma encosta, tinha por porta de entrada o Rio Sanhauá, acesso para as embarcações que ali chegavam. No alto da colina, foi edificada uma pequena capela que era importante ponto de referência para a cidade, sendo em pouco tempo elevada à condição de igreja matriz. Assim, foi definida a sua estrutura inicial, dividida entre a cidade alta – o lugar da matriz - e a cidade baixa, à margem do rio, área também denominada de Varadouro.

Na cidade alta, foi aberta a Rua Nova, a qual tinha início à porta da igreja matriz, sendo ali edificados a Casa de Câmara e Cadeia, e o Açougue. Paralela à Rua Nova estava a Rua Direita, sendo estes dois logradouros os primeiros a compor a nascente malha urbana da cidade, que a

² - Declaração de Nairobi. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=253>. Acesso em 23 mar 2008, 10:15:45

partir de 1588, passou a se chamar Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em homenagem ao rei de Espanha e Portugal.

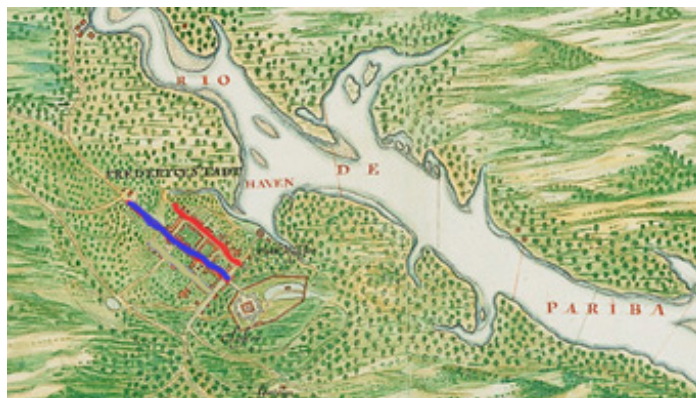


Figura1: Frederyce Stadt c. 1640 . Recorte sobre a cartografia holandesa indicando em vermelho a Rua Nova e em azul a Rua Direita.

Fonte : REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2000.

Significativo para a formação do núcleo urbano e para a colonização da capitania foi a implantação das ordens religiosas. Em finais do século XVI vieram para a Filipéia os jesuítas, os franciscanos, os beneditinos e os carmelitas. Em 1595, a Igreja da Misericórdia, provavelmente, estava em construção, obra impulsionada por Duarte Gomes da Silveira, importante senhor de engenho.

Observa-se que as casas religiosas, bem como grande parte das residências da cidade ficavam situadas no alto da colina, configurando uma imagem que demonstrava estar a Filipéia assumindo seu caráter de centro urbano, com os “*edifícios nobres de pedra e cal que cada dia se aumentão*”, conforme registrou o sargento-mor do Brasil, Diogo de Campos Moreno, no ano de 1616.³

Em 1634, este processo de construção da cidade foi interrompido pela invasão dos holandeses que permaneceram na Paraíba até 1654. Uma vez que os invasores tinham por meta o rentável comércio do açúcar, se justifica que tenham investido na recuperação das estruturas necessárias a esta economia, enquanto trabalharam muito pouco pela melhoria da cidade.

Até o ano de 1639, as intervenções realizadas pelos holandeses restringiam-se à fortificação do convento dos franciscanos e à construção de “*um armazem grande e capaz com um bonito mole ou dique no Varadouro, onde atracassem as embarcações, e se embarcasse ou desembarcasse o assucar, para commodo e utilidade dos mercadores*”.⁴

A guerra para a expulsão dos holandeses deixou a Paraíba em precária situação econômica. A imagem apreendida era de uma total ruína: plantações devastadas e engenhos destruídos. Na

³ - REZÃO do Estado do Brasil (c. 1616). Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999. fl. 105-105v.

⁴ - HERCKMAN, Elias. Descrição Geral da Capitania da Parahyba. *Almanach do Estado da Parahyba*. Ano IX. Parahyba: [Imprensa Oficial], 1911. p. 87.

cidade, a imagem de destruição também era evidente e sobre o traçado urbano até então definido, veio a ser reconstruída e se desenvolveu a cidade a partir da segunda metade do século XVII.

Em um contexto econômico adverso devido à queda no comércio do açúcar e a longos períodos de seca, foi lento o processo de reconstrução da então cidade da Paraíba.

Mesmo assim, no início do século XVIII, a cidade ganhou alguns novos edifícios. Em 1710, estava concluída a nova casa da pólvora. Mais rico foi o patrimônio edificado pela Igreja, o qual trouxe ares de monumentalidade e requinte para a cidade, ganhando destaque perante a modesta arquitetura praticada na época.

As ordens religiosas que voltaram para a Paraíba na segunda metade do século XVII retomaram a construção e conclusão dos seus conjuntos arquitetônicos. Estas obras se estenderam por décadas, uma vez que com a pobreza da capitania não podiam contar com as esmolas dos fiéis.

A estes conjuntos arquitetônicos edificados pelas ordens religiosas, somavam-se as igrejas das irmandades que surgiam como consequência do crescimento e estratificação social da população. Eram novos pontos referenciais para a cidade, as igrejas do Rosário dos Pretos, de Nossa Senhora das Mercês, da Mãe dos Homens.

Enquanto estas mudanças se processavam no meio urbano, a situação econômica da capitania se agravava. Com a economia exaurida e sem recursos para custear a sua administração, em Janeiro de 1755, o poder régio português resolveu pela anexação da Paraíba a Pernambuco, deixando a administração local de ter uma posição de governo independente.

Na cidade, as dificuldades econômicas da capitania se refletiam na falta de obras para recuperação e melhoria das fontes e ruas, e no estado de arruinamento de edifícios ligados ao poder, como a alfândega, a cadeia, a câmara, o açougue, o palácio do governador.

Em 1798, assumiu a administração da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho (1798-1802), que tinha entre as suas atribuições avaliar a necessidade de libertar a Paraíba da subordinação a Pernambuco, fato que acabou por ocorrer em 1799, por determinação da Rainha D. Maria.

No entanto, sendo a segunda metade do século XVII e o século XVIII, um período de pouca prosperidade econômica para a Paraíba, é restrito o número de edifícios que registram este período da história da cidade. Soma-se a este fator, o desaparecimento de muitos exemplares da arquitetura desta época, sendo alguns edifícios singulares como a Casa do Erário e diversas igrejas, além de um grande número de residências.

São remanescentes desta época os conjuntos monásticos que atualmente fazem parte do acervo patrimonial da cidade: o convento e igreja dos franciscanos, a igreja de São Bento e o conjunto arquitetônico dos carmelitas. Do século XVIII, ressaltam-se também bens significativos a Casa da Pólvora e a Fonte do Tambiá.



Figura 2: Igreja e Convento de São Francisco
Fonte: www.memoriajoapessoa.br2.net



Figura 3: Fonte do Tambiá
Fonte: www.memoriajoapessoa.br2.net

No início do século XIX alguns melhoramentos pertinentes ao processo de modernização dos centros urbanos, ocorrido no século XIX, começaram a chegar à cidade. Em 1829, foi implantada a primeira iluminação pública com lâmpões alimentados a azeite de mamona. Em 1836, foi criado o Liceu Paraibano, o primeiro estabelecimento de ensino secundário da Paraíba.

Observando a “Planta da Cidade da Parahyba”, levantada em 1855 pelo 1º Tenente do Corpo de Engenheiros, Alfredo de Barros e Vasconcelos, verifica-se que a área ocupada pela cidade era pouco superior aos limites demarcados nas cartografias do século XVII, apesar de transcorridos quase três séculos da sua fundação. No entanto, a malha urbana se expandira sobre vazios existentes na área de encosta situada entre as cidades baixa e alta, e uma série de novos logradouros surgiu, marcando a cidade de século XIX. Ocorria também a ocupação urbana seguindo os eixos definidores dos futuros bairros de Trincheiras e Tambiá.

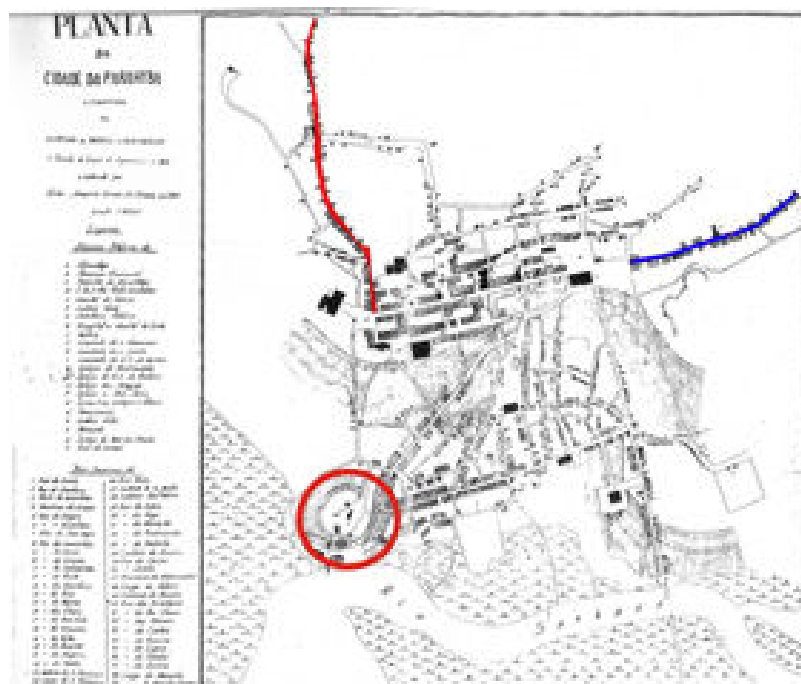


Figura 4: “Planta da Cidade da Parahyba”, levantada em 1855 pelo 1º Tenente do Corpo de Engenheiros, Alfredo de Barros e Vasconcelos. Em destaque a lagoa do Parque Sólon de Lucena, em azul a Rua das Trincheiras e em vermelho o caminho para o Tambiá.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

Entre meados do século XIX e o início do século XX, a cidade prosperou a partir da riqueza gerada pela cultura do algodão. Diversos edifícios vieram registrar esta fase de prosperidade e modernização da Paraíba, alguns expressando, também, as mudanças de hábito da sociedade da época, a exemplo do prédio da Escola Normal, concluído em 1886, e do Teatro Santa Roza, inaugurado em 1889. Com estes edifícios era introduzida a linguagem neoclássica na cidade e ganhavam formas outras áreas públicas que estabeleciam um diálogo entre arquitetura e cidade, segundo princípios urbanísticos próprios do final do século XIX.



Figura 5: Teatro Santa Roza
Fonte: www.memoriajoapessoa.br2.net.



Figura 6: Biblioteca Pública
Fonte: www.memoriajoapessoa.br2.net

Entre os melhoramentos advindos com a riqueza do algodão, o mais notável foi a ferrovia que começou a ser implantada em 1880. Outro símbolo de modernidade foi a chegada do serviço de bondes movidos à tração animal, instalado na capital no ano de 1896.

Nas primeiras décadas do século XX, o poder público promoveu intervenções voltadas para a melhoria da infra-estrutura urbana, como a implantação dos serviços de abastecimento de água, iluminação e transportes públicos fazendo uso de energia elétrica, calçamento de ruas, etc.

Outras tipologias arquitetônicas foram surgindo na cidade, atendendo ora às novas necessidades da população, ora aos novos conceitos de ordem e a princípios sanitaristas. Assim, no início do século XX, a cidade contava com dois mercados públicos: o mercado de Tambiá e o da Rua Beaurepaire Rohan.

No governo de Camilo de Holanda (1916-1920) a Paraíba atravessou uma fase de pleno desenvolvimento. Grande investimento foi feito, então, para a construção de escolas, sendo desta época o novo edifício para a Escola Normal (atual Palácio da Justiça) e os grupos escolares Epitácio Pessoa, Antônio Pessoa e Isabel Maria das Neves.

São do mesmo período o imponente prédio da Imprensa Oficial (hoje desaparecido), a Associação Comercial e a Academia de Comércio Epitácio Pessoa. Estes eram os marcos mais evidentes da prosperidade do estado da Paraíba e do desenvolvimento da sua capital.



Figura 7: Associação Comercial
Fonte: www.memoriajoaopessoa.br2.net



Figura 8: Academia de comércio Epitácio Pessoa
Fonte: www.memoriajoaopessoa.br2.net

Na década de 1920, foram finalmente executados os serviços de saneamento da cidade, há muito tempo esperado e a implementação do sistema de abastecimento de água, projetos elaborados pelo escritório de Saturnino de Brito. Por fim foi saneada a antiga Lagoa dos Irerês que bloqueava o crescimento da cidade em direção ao leste. Em seu local surgiu o Parque Sólon de Lucena, que no entanto, só foi urbanizado no final da década de 1930.

Também foram abertas muitas ruas e praças, exigindo por vezes a demolição de edifícios centenários, entre estes diversas igrejas setecentistas. A abertura da Praça Vital de Negreiros fez desaparecer a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. A Igreja da Mãe dos Homens, no bairro de Tambiá, foi demolida para o alargamento da Rua Monsenhor Walfredo Leal e implantação da Praça Antônio Pessoa.

Começava o período em que a cidade voltava-se em direção à orla marítima. Em 1922, foi construída e inaugurada a Praça da Independência, em comemoração ao centenário daquele fato histórico. Esta praça foi mais um elemento a atrair a população em sentido oposto ao núcleo antigo da cidade. O mesmo ocorreu com a conclusão das obras de urbanização do Parque Sólon de Lucena, em 1937.

Com a pavimentação da Avenida Epitácio Pessoa, em 1952, a população passou a procurar a praia de Tambaú como moradia definitiva. Nos espaços vazios ao longo desta avenida, progressivamente, foram se consolidando novos bairros.

Definitivamente, o núcleo central da cidade começava a perder seu caráter de lugar de moradia, uso que se deslocara, primeiramente, para as ruas mais arejadas dos bairros de Tambiá e Trincheiras, e agora se encaminhava em direção à Praia de Tambaú. No entanto, o centro da

cidade mantinha sua vocação para o comércio, os serviços e reunia quase todas as repartições públicas.

Mas desde então, a cidade denominada de João Pessoa, devido aos acontecimentos políticos da Revolução de 1930, estava olhando para o horizonte do mar, e esquecendo as margens do Rio Sanhauá, onde teve origem a antiga Filipéia de Nossa Senhora das Neves.

O patrimônio arquitetônico e urbanístico de João Pessoa

Como resultado desta trajetória histórica, João Pessoa ainda guarda um patrimônio que traduz seu processo de construção decorrido ao longo de mais de 400 anos. O conjunto das edificações associado ao traçado urbano do núcleo inicial da cidade que se mantém, sem grandes alterações, foi considerado de relevante valor pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que deliberou o tombamento do centro histórico de João Pessoa, em Dezembro de 2007.

Esta medida que credita a João Pessoa um reconhecido valor para a memória nacional, não corresponde à imagem que a população tem da sua própria cidade, uma vez que esta não conhece sua história e não reconhece seu patrimônio edificado como parte da memória coletiva da sociedade pessoense.

Neste sentido, a preservação deste patrimônio constitui uma medida institucional sem respaldo de grande parte da população, que permanece alheia a esta questão. Sendo assim, é um dos objetivos da *homepage* aqui apresentada, tentar conquistar o apoio da sociedade para as ações de preservação deste patrimônio, através da divulgação de informações sobre o mesmo.

Na Paraíba, o reconhecimento institucional deste acervo patrimonial remonta aos primeiros tempos de atuação do IPHAN. Com as ações sistemáticas de preservação do patrimônio no Brasil, na década de 1930, dezenas de edifícios considerados relevante para a manutenção da memória nacional foram tombados pelo fato de serem registros da história do nosso país, ou pelo “excepcional valor artístico” que possuíam.

Já em 1938, o IPHAN identificou o valor da arquitetura existente na Paraíba, realizando aqui diversos tombamentos. Ao todo, vinte e um bens foram protegidos, ao longo dos anos por esta instituição federal, sendo que destes, onze se situam no município de João Pessoa. O seguinte acervo sob proteção do IPHAN abarca os bens remanescentes dos séculos XVII e XVIII, com exceção da antiga Fábrica de Vinho Tito Silva, cujo tombamento foi motivado pela tentativa de manter vivo o processo de fabricação do vinho de caju.

Bem Tombado	Ano de Tombamento
Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	1938
Igreja de N. Sra. dos Navegantes: ruínas	1938
Casa da Pólvora	1938
Sobrado à Rua Peregrino de Carvalho	1938
Igreja da Misericórdia	1938
Igreja da Ordem Terceira do Carmo	1938
Fonte do Tambiá	1941
Convento e Igreja de Santo Antônio	1952
Igreja de São Bento	1957
Casa à Praça do Erário	1971
Fábrica de Vinho Tito Silva	1984

Tabela 1: Bens tombados pelo IPHAN em João Pessoa

Na década de 1970, quando a ação de proteção do patrimônio brasileiro foi descentralizada, com a criação de órgãos de preservação estaduais, foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.

Cabendo a estes órgãos estaduais assegurar a manutenção daqueles bens que eram parte da história e da produção artística local, o IPHAEP passou a atuar no tombamento e proteção de edifícios, conjuntos edificados e sítios urbanos que relatavam o percurso histórico do Estado da Paraíba.

Atualmente, estão sob a guarda desta instituição 55 bens imóveis situados na cidade de João Pessoa. Este acervo está constituído, principalmente, por edifícios datados do século XIX e primeiras décadas do século XX, representando, principalmente, aquela fase em que a cidade prosperou com a cultura do algodão.

Predominam edifícios representativos das novas tipologias arquitetônicas requeridas por aquele período: o teatro, as escolas, o quartel, a agência de correios, a associação comercial, além de exemplares da arquitetura residencial da época. São expressão das linguagens arquitetônicas que marcaram a “modernização” da arquitetura naquela época: o neoclássico, o ecletismo, o Art Decó.

Deste período muito foi preservado, enriquecendo a lista dos bens sob proteção do IPHAEP, que consta, entre outros, com os seguintes bens:

Bem Tombado	Ano de Tombamento
Conj. Urbanístico Educacional	1980
Núcleo de Arte Contemporânea	1980
Antiga Faculdade de Direito	1980
Antigo Hotel Globo	1980
Correios e Telégrafos	1980
Sobrado onde residiu João Pessoa	1980
Parque Arruda Câmara	1980
Igreja de N. Sra. Do Rosário	1998
Igreja de S. Frei Pedro Gonçalves	1998
Estação Ferroviária	2001
Grupo Escolar Thomaz Mindello	2004

Tabela 2: Bens tombados pelo IPHAEP em João Pessoa

Entre os edifícios sob proteção do IPHAEP constam alguns que resultaram da produção da arquitetura moderna que tem seus marcos iniciais nos edifícios do Lyceu Paraibano e da Secretaria das Finanças, datados da década de 1930. No entanto, sendo a arquitetura moderna pouco contemplada pelos tombamentos estaduais, diversos edifícios institucionais e residenciais significativos da arquitetura moderna de João Pessoa estão ameaçados de desaparecer por não haver o reconhecimento destes enquanto parte do patrimônio de valor histórico e arquitetônico.



Figura 9: Antiga Secretaria das Finanças
Fonte: www.memoriajoaopessoa.br2.net



Figura 10: Lyceu Paraibano
Fonte: www.memoriajoaopessoa.br2.net

Perante a presença deste acervo patrimonial e na tentativa de dar à população conhecimento sobre este, surgiu a idéia de divulgá-lo através de uma página na internet, disseminando este conhecimento e conscientizando a todos quanto à necessidade de preservar a memória da nossa cidade. Com este intuito, são partes integrantes desta página os *Links* abaixo especificados.

MEMÓRIA.JOÃO PESSOA. BR – INFORMATIZANDO A HISTÓRIA DO NOSSO PATRIMÔNIO

A página está sendo concebida, de modo a possibilitar um acesso fácil e uma leitura clara do seu conteúdo, permitindo uma consulta rápida e objetiva por parte de qualquer usuário, sendo estes

aspectos fundamentais quando se trata de um espaço virtual que necessita ser atraente e convidativo para conquistar o público.

Ao acessá-la, o usuário é recebido por um breve texto introdutório que trata sobre o objetivo da mesma e o conteúdo que disponibiliza. Em seguida, é conduzido aos links de consulta das informações.

Com o intuito de apresentar conteúdos de forma ordenada e sistemática, ao mesmo tempo que abarca diversos enfoques sobre a temática do patrimônio, a página está composta pelos seguintes *links* que dão a especificidade das informações disponibilizadas aos usuários.

Evolução Urbana: neste link estão informações sucintas que situam o usuário sobre a fundação da cidade e seu processo de evolução urbana, ilustrando com imagens cartográficas o relato da história urbana de João Pessoa.

Acervo Patrimonial: construído a partir do conteúdo de um trabalho final de graduação do Curso de Arquitetura da UFPB este link fornece informações sobre 75 imóveis sob proteção dos órgãos de preservação atuantes em João Pessoa, incluindo dados históricos, fotografias antigas e atuais, referências bibliográficas, etc. No *link*, os bens estão apresentados em fichas individuais, para viabilizar uma consulta mais objetiva por parte do usuário.

Registros de arquitetura – neste *link* são apresentados levantamentos de edifícios de valor patrimonial, tombados ou não, constando de levantamento arquitetônico, fotográfico e histórico, bem como descrição e caracterização da edificação. Para construção deste *link*, estão sendo utilizados diversos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos por alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB, os quais têm o crédito dos seus respectivos trabalhos.

Patrimônio da arquitetura moderna – *link* que tem uma formatação idêntica ao anterior, mas referindo-se especificamente à arquitetura moderna produzida em João Pessoa, informações estas de fundamental importância diante do desaparecimento ou descaracterização de muitos edifícios modernistas da cidade.

Memória social – formatado de forma a apresentar a memória de antigos moradores da cidade, relatando sobre os seus edifícios antigos e vida social em diferentes tempos da história da cidade. A base para a construção deste *link* são entrevistas realizadas com pessoas de diversas faixas etárias, expostas em conjunto com fotografias e outros registros que ilustrem os relatos dos entrevistados.

Intervenções e restauro – aqui são apresentados os resultados de obras de restauração realizadas em monumentos de João Pessoa, de forma a divulgar a ação dos órgãos de preservação atuantes na cidade e conscientizar a população quanto aos esforços feitos para manter nosso patrimônio.

Artigos – neste *link* podem ser introduzidos artigos diversos elaborados por alunos e professores do curso de arquitetura, que tratem sobre edifícios de valor patrimonial da cidade de João Pessoa, bem como temas correlatos.

Nesta página o usuário ainda encontra uma barra de links onde pode obter informações básicas sobre o conceito de patrimônio e esclarecimentos sobre a importância de preservá-lo. Foi prevista, também, a interatividade entre o usuário e a equipe de trabalho, criando espaço para debate, através do “fórum”; para o envio de dúvidas e sugestões, utilizando o “guestbook”; e está disponível um e-mail de contacto, através do link “fale conosco”.

É importante observar que sendo esta página desenvolvida como uma atividade de extensão pertinente ao Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba, há a possibilidade de fazer uso do conhecimento produzido por professores e alunos da Graduação em Arquitetura, cabendo aos autores os respectivos créditos.

Disponibilizando destes trabalhos acadêmicos, a atualização desta página é feita constantemente, fornecendo sempre mais informações sobre o patrimônio da cidade de João Pessoa, e talvez, de todo o Estado da Paraíba, ampliando futuramente o interesse dos usuários. Este trabalho envolve os bolsistas e voluntários filiados ao programa de extensão, bem como todos os alunos e professores que desejem contribuir com esta ação de educação patrimonial.

Tendo o objetivo de ampliar a divulgação desta página, buscar-se-á a sua vinculação a outras páginas da internet, as quais possam servir de acesso para os usuários. Para tanto, procura-se o apoio de instituições como a Prefeitura Municipal de João Pessoa, a Secretaria de Turismo do Governo do Estado da Paraíba, e os órgãos de preservação federal e estadual.

CONCLUSÃO

Toma-se consciência que não há melhor forma de vermos nosso patrimônio preservado, do que educando e informando a população sobre sua real importância histórica e artística. E embora a educação patrimonial seja uma recomendação que consta em diversos documentos internacionais voltados à preservação do patrimônio cultural, no Brasil, esta tem sido negligenciada, sendo cada vez mais evidente os reflexos desta falta de investimento na educação, rebatida no descaso e repúdio da população em relação às ações de preservação adotadas pelo poder público.

Ao mesmo tempo, a universidade vem produzindo conhecimento sobre este acervo patrimonial, mas este esforço não se torna frutífero enquanto estas informações ficam sendo de acesso restrito, quase que exclusivamente, aos estudantes e profissionais da área da arquitetura.

Com a criação desta *homepage* torna-se possível a toda a sociedade ter acesso a estas informações, antes utilizadas apenas como ferramenta de pesquisa para profissionais da área de arquitetura e urbanismo. Assim, a universidade ao disponibilizar a página www.memoriajoapessoa.br2.net está desenvolvendo uma ação de educação patrimonial, cumprindo

seu papel social ao divulgar de forma irrestrita o patrimônio arquitetônico e urbanístico de João Pessoa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Compromisso de Brasília. 1º Encontro dos Governadores de Estados, Secretários Estaduais da área cultural, Prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240>. Acesso em 23 mar. 2008. 10:11:30

Declaração de Nairobi. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=253>. Acesso em 23 mar 2008, 10:15:45

HERCKMAN, Elias. Descrição Geral da Capitania da Parahyba. In. **Almanach do Estado da Parahyba.** Ano IX. Parahyba: [Imprensa Oficial], 1911.

MENEZES, José Luiz Mota. **Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa.** Recife: Pool Editora, 1985.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. **De Filipéia à Paraíba. Uma cidade na estratégia de colonização do Brasil. Séculos XVI – XVIII.** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Tese de doutoramento no ramo da História da Arte.

MOURA NETO, Aníbal Victor de Lima e; MOURA FILHA, Maria Berthilde; et all. **Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico de João Pessoa: um pré inventário.** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1985. Monografia de conclusão da graduação em Arquitetura.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba.** Vol I e II. João Pessoa: Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 1977

REZÃO do Estado do Brasil (c. 1616). Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999.

RODRIGUES, Walfredo. **Roteiro sentimental de uma cidade.** 2 Ed. João Pessoa: A União, 1994.